

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

OS DIFERENTES INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
UTILIZADOS PELO GESTOR NA IDENTIFICAÇÃO DO
RESULTADO DA MICROEMPRESA

GESSI ROSA ZANATTO

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**OS DIFERENTES INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS PELO
GESTOR NA IDENTIFICAÇÃO DO RESULTADO DA MICROEMPRESA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

ACADÊMICA: *GESSI ROSA ZANATTO*

ORIENTADOR: *RAINOLDO UESSLER*

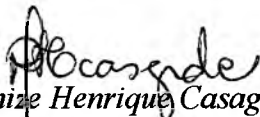
FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2000

OS DIFERENTES INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS PELO GESTOR NA IDENTIFICAÇÃO DO RESULTADO DA MICROEMPRESA

GESSI ROSA ZANATTO

Esta monografia foi apresentada como trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 8,5... atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo mencionados.

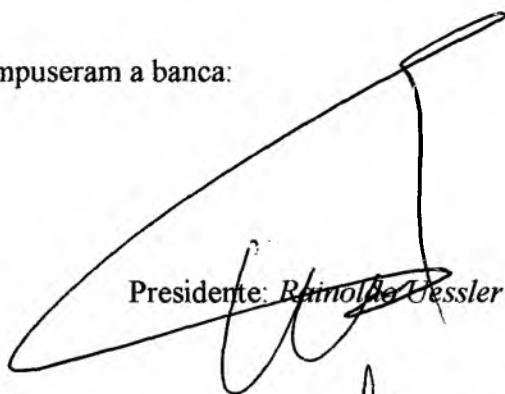
Florianópolis, 31 de julho de 2000.



Prof.^a Maria Denize Henriques Casagrande, M.Sc

Coordenadora de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:



Presidente: Rinaldo Dessler



Membro: Maria Denize Henriques Casagrande, M.Sc



Membro: Guilherme Julio da Silva, M.Sc

A meus pais, João e Armelinda.
E meus Irmãos, Juarez, Joselite, Jair,
Jacir, Tarcísio, Luiz e Aide (*in memóriam*)

*Tudo por que acredito que a educação é a forma
mais próxima de libertação da pessoa humana.*

GESSI R. ZANATTO

A busca do saber é apenas um caminho para a libertação do ser humano. À medida, que este o adquire torna-se responsável pelo conhecimento que detém e como o aplica.

GESSI R. ZANATTO

AGRADECIMENTOS

A todos, e a cada um que participaram de minha formação acadêmica, pois tudo é um processo de superação na construção do objetivo principal.

A Pastoral Universitária – PU de Santa Catarina, que com sua estrutura, proporcionou – me moradia no longo de dois anos e meio, e principalmente a cada amigo PUísta, que compartilhei minha formação acadêmica, que ora findo com a defesa deste trabalho, pelos profundos laços criados de comunidade e pela formação de comum, obrigado, muito obrigado.

A Nona Zanatto (in memóriam), assim carinhosamente chamada à avó paterna, que com sua sabedoria sempre soube em suas conversas instigar-me ao desafio. Ponto de partida desta busca por libertação.

A meus pais, João e Armelinda, pela concepção, pelo amor, pela educação para a vida e para o trabalho, enfim, por tudo, meu eterno amor e gratidão.

A minha irmã Joselite e a meus irmãos por serem amigos e companheiros especialmente nesta caminhada.

A meus sobrinhos, cunhadas, cunhado e outros familiares por privá-los de minha presença por longos períodos.

A José, meu noivo, por questionar as minhas verdades.... meu eterno agradecimento.

Agradeço aos colegas de classe e amigos com os quais pude partilhar os anos de vida acadêmica.

Agradecimento especial ao Prof.Rainoldo Uessler pela atenção, compreensão e disponibilidade na orientação deste trabalho.

Enfim, aos todos os professores da UNOESC e da UFSC em especial a Mestra Maria Denize Henrique Casagrande, o mestrando Vladimir Arthur Fey, pela amizade e aprendizado extra classe, e ao Mestre Marcos Laffin que na dedicação de educador, muito contribuiu para meu aprendizado, a todos meu carinhoso agradecimento.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	x
Lista de Gráficos.....	xi
Resumo.....	xii
CAPÍTULO I	01
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	01
1.2 TEMA.....	02
1.3 PROBLEMA.....	02
1.4 .OBJETIVO GERAL.....	03
1.4.1 Objetivos Específicos.....	03
1.5 JUSTIFICATIVA.....	03
1.6 METODOLOGIA.....	05
 CAPÍTULO II	08
2.1 REVISÃO LITERÁRIA.....	08
2.1.1 Pela Lei Federal nº 9.317/96.....	08
2.1.2 Pela Lei Estadual Federal nº 11.398/00.....	11
2.1.3 Pelo Sistema Brasileiro de Apoio as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SEBRAE.....	12
2.2 NATUREZA JURÍDICA.....	13
2.3 ANÁLISE DE BALANÇOS.....	13
2.4 OBJETIVOS E CONTEÚDOS DA ANÁLISE DE BALANÇOS.....	14

2.5 OS USUÁRIOS DA ANÁLISE DE BALANÇOS.....	15
2.6 TÉCNICAS DA ANÁLISE DE BALANÇOS.....	16
2.6.1 Análise Horizontal.....	16
2.6.2 Análise Vertical.....	17
2.6.3 Indicadores Econômico-financeiro.....	17
2.6.3.1 Quocientes de Liquidez.....	17
2.6.3.2 Quocientes de Rentabilidade.....	19
2.7. FLUXO DE CAIXA.....	21
2.7.1. Fluxo de Caixa Operacional.....	22
2.7.2. Fluxo de Caixa Projetado.....	22
CAPÍTULO III.....	24
3.1 ESTUDO DE CASO.....	24
3.2 PERFIL DA AMOSTRA.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
BIBLIOGRAFIA.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
ANEXO.....	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grau de Escolaridade.....	24
Tabela 2 – Função Exercida.....	25
Tabela 3 – Divisão da Administração.....	26
Tabela 4 – Apresentação de Balanços.....	27
Tabela 5 – Utilização de técnicas para controle do negócio.....	28
Tabela 6 – Grau de importância.....	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relativo ao grau de escolaridade da amostra	24
Gráfico 2 – Relativo ao cargo exercido na empresa.....	25
Gráfico 3 – Relativo à divisão na administração da empresa.....	26
Gráfico 4 – Relativo a apresentação de balanços.....	27
Gráfico 5 – Relativo a Utilização de técnicas para controle do negócio.....	28
Gráfico 6 – Relativo ao grau de importância da natureza informacional.....	29

RESUMO

Esta monografia propõem-se identificar os instrumentos de avaliação utilizados pelos gestores na identificação do resultado da microempresa.

Para tanto, buscou-se coletar as informações por meio de uma pesquisa de campo com os micro-gestores. Foi aplicado um questionário que subdividia-se em duas partes assim distribuídas: a primeira, com indagações sobre dados pessoais daqueles que gerenciam microempresas, e a segunda contemplou questões diretamente relacionadas com a forma de administração e sobre os instrumentos e técnicas de avaliação por eles utilizados.

Após a realização de estudo bibliográfico sobre os instrumentos e técnicas tradicionalmente aceitos pela contabilidade para a análise e avaliação do resultado das empresas, quantificou-se os dados obtidos na pesquisa, proporcionando subsídios para a análise e conclusão.

Ao Final, pode-se concluir que é relativamente pequena a porcentagem de gestores que utiliza instrumentos de controle e técnicas contábeis; a maior parcela dos entrevistados não se utiliza das técnicas contábeis para administrar e avaliar suas microempresas.

CAPÍTULO I

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Chegando ao final do Século XX a sociedade mundial depara-se com um tipo de economia até então não experimentada e, por conseguinte, favorecendo a evolução do Capitalismo que permitiu uma economia globalizada.

Muitas são as diferenças encontradas entre países e também entre as empresas mundiais. Alguns países com economias mais estabilizadas e preparadas, assim como suas empresas, ganham muito e sobressaem-se sobre aqueles em situação contrária, em função da existência de políticas econômicas e sociais que se integram.

No processo de globalização, economias como a do Brasil, menos preparadas para a competição internacional buscam-se estabilizar, para então competir com produtos e empresas internacionais.

Vasta é a diversidade de tipologias de empresas encontradas no Brasil. As empresas e microempresas, para manterem-se no mercado, necessitam competir com outras empresas bem administradas e com estruturas organizacionais definidas, com produtos de qualidade e preços competitivos. Em virtude disso, os gestores vão em busca de profissionais e técnicas que os auxiliem na melhor forma de administrar a organização.

A ciência contábil, com suas técnicas, auxilia a traduzir dados em informações a fim de atender aos interesses dos usuários que possuem algum tipo de relacionamento com a empresa ou microempresa. A contabilidade, em sua essência, surge como ferramenta indispensável para controle e gerência da empresa num ambiente competitivo e globalizado.

No Brasil há diferentes formas de administrar, das quais se destacam duas: uma pela ciência e a outra pela intuição dos gestores. Na primeira, os administradores utilizam-se

de técnicas contábeis tais como Análises de Balanços, Fluxo de Caixa, Índices, Quocientes, Alavancagem, Ponto de Equilíbrio, entre outras, com o intuito de atingir o melhor desempenho econômico. A outra, definida como intuição dos gestores que a executam pelo conhecimento, acompanhado pela experiência de gerência, caracterizada pela ausência de conhecimentos da ciência contábil e ciências afins, que os auxiliem a gerenciar, apenas mantendo a contabilidade para atender o fisco.

1.2 TEMA

De acordo com o exposto acima, esta monografia terá a seguinte temática “Os diferentes instrumentos de avaliação utilizados pelo gestor na identificação do resultado da microempresa”.

1.3 PROBLEMA

A economia mundial requer do gestor habilidades administrativas, conhecimento do mercado, dos produtos oferecidos e da situação sócio-econômica em que se insere. Estas mesmas exigências são requeridas na administração dos negócios da microempresa para que a competição com as demais organizações se dê em condições mais favoráveis.

As mudanças ocorridas na economia brasileira foram realizadas com o intuito de estabilizá-la e construir uma moeda forte, proporcionando o crescimento do poder aquisitivo da população e, por assim dizer, melhorando o desempenho das empresas e das pessoas físicas. As empresas brasileiras buscam, num processo de continuidade, utilizar-se das ciências afins tais como, a administração, que é de grande importância nas estratégias de Gestão, e a contabilidade como tradutora de dados em informações, auxiliando a gerência com intuito de melhor superar as mudanças.

Na contabilidade os instrumentos que possibilitam auxiliar no diagnóstico da análise da empresa é a análise de balanços, fluxo de caixa, índices, quocientes, análise financeira e outros como tradutores de dados em informações para a tomada de decisões.

Diante da conjuntura econômica e social, esta monografia propõe-se verificar quais são as formas e/ou as técnicas utilizadas pelos gestores das microempresas, na constatação do resultado do negócio.

1.4 OBJETIVO GERAL

Identificar os instrumentos utilizados pelo gestor da microempresa na constatação do resultado obtido no período.

1.4.1 Objetivos Específicos

- Conhecer as técnicas utilizadas para a análise da lucratividade ou prejuízo obtido no período;
- identificar a periodicidade em que são usadas as técnicas na microempresa;
- analisar as formas de gestão encontradas nas microempresas de Florianópolis relacionando-as com a rentabilidade e liquidez.

1.5 JUSTIFICATIVA

A contabilidade é uma ciência em evolução. No processo evolutivo foram surgindo técnicas e formas que hoje os gestores utilizam para a análise do patrimônio e do desempenho das atividades empresariais. Porém, há administradores que não se utilizam desses instrumentos para o gerenciamento e sim do conhecimento do senso comum. Enquanto isso, empresas com visão macro-econômica e profissionais qualificados fazem uso delas com considerável frequência.

Segundo IUDÍCIBUS, 1994:17:

A necessidade de analisar demonstrações contábeis é pelo menos tão antiga quanto a própria origem de tais peças. Nos primórdios da Contabilidade, quando esta se resumia, basicamente, à realização de inventários, já o “analista” se preocupava em anotar as variações quantitativas e qualitativas das várias categorias e de bens incluídos em seu inventário. É muito provável que já realizasse algum tipo de análise vertical ou horizontal.

As diversas oscilações que nos últimos anos tem enfrentado a economia brasileira e o pouco conhecimento e uso das técnicas contábeis por parte dos gestores proprietários, expõem empresas e microempresas, mais facilmente à falência. Diante dessa realidade conjuntural e particular, constata-se que os gestores proprietários dividem-se em dois grupos: um de profissionais qualificados e instruídos com domínio de conhecimentos e técnicas de gerên-

cia e outro de indivíduos com pouca qualificação profissional, em contraste com a realidade de países ditos desenvolvidos.

Ainda hoje, diante de abundante tecnologia que facilita o trabalho de administrar, encontra-se empresas e microempresas sem assessoria de um sistema de custos, fluxo de caixa ou sistema de informações que os auxiliem no desempenho diário das atividades administrativas. Desta forma, muitas delas são gerenciadas intuitivamente, ou seja, pelo conhecimento obtido pela experiência, atribuindo valores e porcentagens aos produtos, sem qualquer amparo das técnicas de avaliação ou instrumentos de controle.

A importância de visualizar o resultado das atividades possibilita que o administrador controle, planeje e projete com mais propriedade as decisões e estratégias a serem executadas.

A competitividade entre as empresas sinaliza e desperta cada vez mais para o patamar da eficiência e eficácia do controle administrativo. A contabilidade oferece instrumentos tais como: Fluxo de Caixa, Análise da Alavancagem Financeira, Análise Vertical e Horizontal, de Rentabilidade, de Liquidez, do Retorno Operacional dos Investimentos, Controle de Contas a Receber e a Pagar, entre outros que oferecem segurança no controle e resultado da análise. É importante saber qual índice utilizar e se este atenderá os grupos de contas que se deseja analisar. Porém, mais importante ainda, é a interpretação dos dados obtidos em relação a capacidade evolutiva da microempresa e da conjuntura sócio-econômica em que se encontra.

Discorre IUDÍCIBUS, 1994:21, sobre a forma de interpretação das análises:

Consideramos que a análise de balanços é uma arte, pois, embora existam alguns cálculos razoavelmente formalizados, não existe forma científica ou metodologicamente comprovada de relacionar os índices de maneira a obter um diagnóstico preciso. Ou, melhor dizendo, cada analista poderia, com o mesmo conjunto de informações e de quocientes, chegar a conclusões ligeiras ou até completamente diferenciadas. É provável, todavia, que dois analistas experimentados, conhecendo igualmente bem o ramo de atividades da empresa, cheguem a conclusões bastante parecidas (mas nunca idênticas) sobre a situação atual da empresa, embora quase sempre apontariam tendências diferentes, pelo menos em grau, para o empreendimento.

Mesmo identificando diferentes formas de interpretação para as técnicas utilizadas, estas possibilitam uma margem de segurança que permite visualizar a situação do patrimônio e projetar sua evolução.

Outro aspecto a tratar, é a administração intuitiva, identificando os possíveis alicerces em que se consolida.

Observou-se que o conhecimento adquirido por parte de gestores no exercício da atividade comercial que desenvolvem, proporciona embasamento para gerenciá-las, obtendo lucratividade. Esse conhecimento dá por vezes, sustentabilidade e continuidade ao negócio, constatada pelo tempo de permanência no mercado e pela expansão. Porém, há entidades que não conseguem se estabelecer no mercado com o uso desse conhecimento e findam suas atividades em curto prazo.

O conhecimento popular tem uma metodologia que não é sistematizada, mas que ganha o reconhecimento do senso comum. Segundo CHAUI, 1997:251, o senso comum “é uma opinião baseada em hábitos, preconceitos, tradições cristalizadas”. Desta forma, pode-se deduzir que a administração que não utiliza instrumentos de avaliação sistematizados e que possuem uma teoria, administra de forma intuitiva, tendo sua raiz no conhecimento comum definido pela ciência como conhecimento do senso comum.

Na construção de uma organização sólida, eficiente e eficaz, é necessário utilizar-se do conhecimento científico ou de um conhecimento comum muito aguçado, com sensibilidade para as flutuações sócio-econômicas.

1.6 METODOLOGIA

Com a finalidade de desenvolver esta pesquisa, faz-se necessário definir o que é conhecimento. Para auxiliar nessa definição vale invocar GALLIANO, 1979:17 “Conhecer é estabelecer uma relação entre a pessoa que se conhece e o objeto que passa a ser conhecido.”

Em linhas gerais, a pesquisa estabelece uma relação de identificação, observação e análise entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa. É por intermédio da pesquisa que pode resultar aproximação do objeto ao conhecimento.

LAKATOS, 1985:15, assim define pesquisa:

É uma indagação minuciosa ou exame crítico e exaustivo na procura de fatos e princípios; uma diligente busca para averiguar algo. Pesquisa não é apenas procurar a verdade, é encontrar respostas para as questões propostas utilizando métodos científicos.

Para FACHIM, 1993: 101:

Pesquisa é um procedimento intelectual para adquirir conhecimentos, através da investigação da realidade e busca e de novas verdades sobre o fato (objeto, problema).

A pesquisa inicia-se pela disposição do pesquisador em conhecer, em questionar as verdades, em confrontar a ciência tida como certa e verdadeira, mesmo que temporariamente. Assim, pela ciência, são feitas novas descobertas, promovendo novos ciclos de produção científica.

O estudo para a elaboração da monografia busca, por meio do conhecimento, atingir o estágio de pesquisa e, em virtude disso, contribuir com o avanço científico.

Segundo a literatura especializada, conforme MACEDO, 1994: 11, monografia:

É o tipo de trabalho científico que reduz a abordagem a um único assunto, a um único problema, cujo tema é bem delimitado e trabalhado com profundidade.

E ainda MACEDO, 1994: 183:

Monografia é uma dissertação que trata de um assunto particular de forma sistemática e completa. Essa é uma característica essencial.

Explicitado que o assunto desta monografia é o estudo dos diferentes instrumentos utilizados pelo gestor da microempresa na avaliação do resultado e para contemplar os objetivos aqui propostos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e posteriormente uma pesquisa de campo. MARCONI, 1990:75, aborda pesquisa de campo como sendo:

Aquela utilizada com o objetivo de conseguir e/ou conhecimentos a cerca de um problema, para a qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Desta forma, a pesquisa de campo foi realizada no município de Florianópolis, em (5) cinco empresas prestadoras de serviços, escolhidas aleatoriamente com o objetivo de identificar os instrumentos utilizados pelo gestor da microempresa na constatação do resulta-

do obtido no período. Esse estudo torna-se essencial à medida que se tem como expectativa quantificar as formas de mensuração adotadas pelos gestores das microempresas.

CAPÍTULO II

2.1 REVISÃO LITERÁRIA

Com o intuito de desenvolver esta monografia procurou-se inicialmente conceituar microempresa. Isto foi realizado, por meio da legislação federal e estadual e a entidade de apoio as microempresas e empresas de pequeno porte.

As esferas do Poder Público Federal e Estadual são as definidoras daquelas entidades que se enquadram como microempresa, estabelecendo critérios de faturamento como condição primeira para o enquadramento. Na última década, a regulamentação se estabeleceu pela Lei Federal nº 9.317/96, denominada como LEI DO SIMPLES, e posteriormente complementada pelo Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme Lei Federal nº 9.841/99. No entanto, a Lei Estadual mais recente que estabelece regras para as microempresas de Santa Catarina é a Lei nº 11.398/00 de 08 de maio de 2000, que regulamenta o Imposto sobre Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicação - ICMS, elaborada em conformidade com as Leis Federais.

2.1.1 Pela Lei Federal nº 9.317/96

A Lei Federal nº 9.317/96, publicada no Diário Oficial da União - DOU aos 05 de dezembro de 1996, e que entrou em vigor no ano calendário de 1997, traz o regime tributário para as microempresas e empresas de pequeno porte, denominado de Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. Determina o art. 2º da LEI DO SIMPLES:

Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); ...

§ 1º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

A Lei Federal nº 9.841 de 05 de outubro de 1999, denominada Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte estabelece novo valor a receita bruta anual que determina o enquadramento das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme “Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, ressalvado o disposto no art. 3º, considera-se: I - microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);” E ainda, segundo o “§ 3º O Poder Executivo atualizará os valores constantes dos incisos I e II com base na variação acumulada pelo IGP-DI, ou por índice oficial que venha a substituí-lo.” Com isso a receita bruta anual para o enquadramento sofrerá as alterações em conformidade com a variação do IGP-DI.

A Lei Federal nº 9.317/96, determina que nem todas as empresas que atingem o faturamento de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), poderão optar pelo SIMPLES, conforme discorre o art. 9º:

Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);

III - constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV - cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI - que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII - constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IX - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 2º;

X - de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica.

XI - cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;

XII - que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros;

b) locação ou administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;

e) factoring;

f) prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

XIII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

XIV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, ou antes da vigência desta Lei, quando se tratar de empresa de pequeno porte;

XV - que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI - cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII - que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência desta Lei;

XVIII - cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira bens ou

realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

§ 1º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º O disposto nos incisos IX e XIV não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades referidas no inciso XII.

§ 3º O disposto no inciso XI e na alínea "a" do inciso XII não se aplica à pessoa jurídica situada exclusivamente em área da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968.

Segundo critérios adotados nesta lei, as entidades e profissões supra citadas, não poderão usufruir do tratamento simplificado e diferenciado estabelecido pelo regulamento da Lei do SIMPLES, por suas peculiaridades.

2.1.2 Pela Lei Estadual Federal nº 11.398/00

No Estado de Santa Catarina, o Decreto nº 1.790 de 29 de abril de 1997, no anexo IV, regulamentava o tratamento diferenciado e simplificado da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, até ser promulgada a Lei nº 11.398/00.

Foi pela publicação da Lei Estadual nº 11.398 de 08 de maio de 2000, que as microempresas e empresas de pequeno porte do Estado de Santa Catarina passaram a ter novo tratamento, conforme artigos 1 e 2 da referida lei:

Art. 1º À microempresa e à empresa de pequeno porte é assegurado o tratamento diferenciado e simplificado previsto nesta Lei, denominado SIMPLES/SC, em relação às obrigações principal e acessórias do ICMS.

Art. 2º Para usufruir do tratamento previsto nesta Lei, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverão:

- I – declarar sua opção pelo SIMPLES, na forma prevista em regulamento;
- II – auferir receita bruta anual, no ano de seu enquadramento e no ano anterior se nele existente:
 - a) se microempresa igual ou inferior a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais);
 - b) se empresa de pequeno porte, superior a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais).

Como se pode observar, não existe consenso entre a Lei Federal do SIMPLES e a Lei Estadual do SIMPLES/SC que trata das obrigações com o ICMS, quando se trata do valor do faturamento para incidência dos impostos. Segundo a Lei Federal o enquadramento da microempresa é caracterizado quando o faturamento bruto anual for igual ou inferior a R\$ 120.000,00. Já a Lei denominada SIMPLES/SC estabelece um faturamento bruto anual igual ou inferior a R\$ 90.000,00, como critério de enquadramento. Enquanto na esfera federal a empresa que atingir faturamento bruto anual igual ou inferior a R\$ 120.000,00 é enquadrada como microempresa, na esfera estadual com este faturamento caracteriza-se empresa de pequeno porte. Esta é apenas uma das divergências existente entre as esferas federal e estadual quanto aos critérios de definição de microempresa, o que dificultou a definição da amostra a ser pesquisada.

2.1.3 Pelo Sistema Brasileiro de Apoio as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SEBRAE

O Sistema Brasileiro de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SEBRAE, segue instrução segundo determina a Lei Federal do SIMPLES. A definição de microempresa está influenciada pelos limites de faturamento e critérios fiscais, particularmente vinculados a esta Lei, conforme discorre COELHO NETO, 1998:09:

A partir de 1997, com o advento da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passou a vigorar o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES, sendo definidas a partir de então, as condições para que as Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte – EPP possam se enquadrar no Sistema, em função do limite de faturamento, objetivo social, natureza jurídica, composição societária e outros aspectos legais. O SIMPLES veio proporcionar a essas empresas um tratamento tributário diferenciado, como determina a Consti-

tuição Federal de 1988, visando incentivar o seu desenvolvimento.

De acordo com a referida Lei, o enquadramento dos pequenos empreendimentos se dará em relação ao montante de sua receita no ano-calendário anterior, considerando-se:

a) MICROEMPRESA – As sociedades ou firmas individuais com Receita Bruta anual de até R\$120.000,00.

Por haver divergências entre a legislação Federal e Estadual quanto aos valores do faturamento para as microempresas, esta monografia, seguiu as orientações estabelecidas pelo que determina o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para delimitar o objeto da pesquisa.

2.2 NATUREZA JURÍDICA

A personalidade jurídica de uma empresa pode ser adquirida mediante registro e arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial, para explorar a atividade mercantil (comércio, indústria ou prestações de serviços em geral) ou também no Cartório de Títulos e Documentos, se o objetivo da empresa for de caráter civil, podendo ter finalidade lucrativa, como é o caso das sociedades de profissão regulamentada, ou sem fins lucrativos, tais como as entidades sindicais, fundações etc.

As empresas a serem constituídas podem ser de diversas espécies e naturezas jurídicas, sendo que as mais utilizadas são: Firma Individual, Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, Sociedade em Nome Coletivo e Sociedades por Ações, segundo COELHO NETO, 1998.

2.3 ANÁLISE DE BALANÇOS

Foi com o Mercantilismo que surgiram formas rústicas de analisar e avaliar os bens privados e propriedades. No início, devido às necessidades pessoais, os indivíduos trocavam suas mercadorias por aquelas que não produziam, mas que necessitavam para viver.

A relação de troca foi evoluindo à medida que as pessoas julgavam que seus produtos eram desproporcionais uns com os outros e da quantidade necessária a realidade de cada pessoa. Surge, então, a moeda, que vem mensurar os produtos de trocas às necessidades

das pessoas. Esse instrumento foi evoluindo aos poucos até tornar-se possível o acúmulo do produto-moeda. A invenção foi cada vez mais utilizada e aceita pelas pessoas que perdura até hoje. E tamanha é sua importância que a sociedade mundial deste século, dentro do Sistema Capitalista, encontraria dificuldades de viver sem ela, nas suas diversas denominações e valores de compra.

Assim foi-se instituindo um mercado competitivo que exige dos administradores competência, eficiência e eficácia ao gerenciar empresas. Para atingir êxito é essencial possuir algumas aptidões pessoais e ser polivalente. O conhecimento de fórmulas e técnicas das ciências afins poderá ser muito eficiente e dará ao gestor maior probabilidade de gerenciar o empreendimento com lucratividade e perspectiva de continuidade. Com essa finalidade é que foram construídos métodos e fórmulas de analisar o patrimônio das entidades, que pelos resultados positivos obtidos tornaram-se cada vez mais aceitos e utilizados até serem incorporados como técnicas utilizadas pela ciência na avaliação do patrimônio das empresas.

A análise de balanços é parte concreta dessa experiência obtida ao longo de muitos séculos. Hoje esta é caracterizada como a “arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamento, se for o caso” IUDÍCIBUS, 1994:21.

As demonstrações financeiras fornecidas pela contabilidade são os instrumentos básicos para a realização de análises, as quais traduzem informações sobre a situação estática de um determinado momento da empresa.

2.4 OBJETIVOS E CONTEÚDO DA ANÁLISE DE BALANÇOS

A análise de balanços traz presente, por meio de informações, a situação da empresa em um momento estático, a evolução alcançada e as tendências futuras. Pode-se afirmar que a análise de balanços fornece informações sobre o passado, presente e sinaliza o futuro da entidade.

Quando inicia-se uma análise de balanços, deve-se ter em mente que não existe um conjunto de técnicas de uso obrigatório para as diferentes situações encontradas nas empresas. E nesse sentido, a maneira particular de quem faz a análise, utilizando informações e técnicas iguais, poderá chegar a conclusões diferentes sobre uma mesma empresa. O conhecimento técnico do analista, a experiência e a própria intuição são diferenciais no resultado conclusivo.

As demonstrações financeiras são o subsídio primordial para a análise. Porém, é importante que estas estejam amparadas de dados fidedignos e acompanhadas de informações adicionais, que muito auxiliam na interpretação, nas decisões e nas conclusões do diagnóstico.

Segundo ASSAF NETO, 1987: 144,

Para essas conclusões e decisões, a análise de balanços é fundamentalmente dependente da qualidade das informações (exatidão dos valores registrados, rigor nos lançamentos e princípios contábeis adotados etc.) e do volume de informações disponíveis ao analista (certas informações importantes para a análise que normalmente não estão disponíveis nas demonstrações contábeis publicadas).

A análise depende da qualidade das informações que compõem as demonstrações contábeis. As informações, por vezes, não disponíveis nas demonstrações contábeis publicadas, tornam-se, algumas vezes, importante diferencial na análise da interpretação das tendências mercadológicas e proporciona embasamento para a tomada de decisão.

2.5 OS USUÁRIOS DA ANÁLISE DE BALANÇOS

Os dados traduzidos em informações vêm atender os interesses de seus usuários, como pessoas físicas ou jurídicas que apresentam algum tipo de relacionamento com a empresa. “Os usuários mais importantes de uma análise de balanços de uma empresa são os fornecedores, clientes, intermediários financeiros, acionistas, concorrentes, governo e os próprios administradores” ASSAF NETO, 1987: 145, cada qual, com interesses particulares.

Os fornecedores, por sua vez, estão interessados em conhecer a capacidade de pagamento da empresa, ou seja, sua liquidez. As demonstrações contábeis são os relatórios estáticos referente um determinado momento. Em virtude disso, os fornecedores procuram extrair delas informações que lhes proporcionem maior segurança.

Os bancos comerciais e de investimentos são intermediários financeiros, constituem-se nos primeiros usuários da análise de balanços, a fim de analisar os riscos que correm ao conceder empréstimos.

Os sócios e proprietários são grandes interessados nas análises pois buscam o retorno sobre os investimentos realizados. Estes procuram, identificar a capacidade que a em-

presa tem de gerar lucros e remunerar o capital investido.

Os Governos Federal, Estadual e Municipal são usuários em potencial da análise de balanços. Sendo ela um instrumento de avaliação para processo de concorrência pública, onde analisa o desempenho empresarial como fator importante no processo de seleção e, também, fiscaliza a veracidade das informações fornecidas confrontando-as com o recolhimento de valores tributáveis.

Enfim, os administradores são os interessados em potencial. Estes contam com informações extraídas das análises e se utilizam delas para o processo de tomada de decisões, como instrumento de acompanhamento e avaliação das decisões financeiras passadas, presentes e futuras. Sendo assim, possuem formas de avaliar as políticas de financiamento e investimento da empresa.

Existe na economia um leque de segmentos interessados nas avaliações e análise realizadas nas empresas e microempresas, sendo os acionistas e proprietários os maiores interessados nos resultados, pois disso depende a continuidade do empreendimento.

2.6 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE BALANÇOS

De acordo com ASSAF NETO, 1987: 147, as diferentes áreas do saber tais como a contabilidade, matemática financeira e principalmente estatística, constituem o raciocínio básico da análise de balanços e seu uso é bastante generalizado e sofre freqüentes aprimoramentos.

Elenca-se alguns dos indicadores financeiros utilizados na realização de avaliação de rentabilidade e retorno sobre os investimentos utilizados quando ocorre a realização da Análise de Balanços:

2.6.1 Análise Horizontal

A Análise Horizontal “indica a evolução dos diversos elementos patrimoniais e de resultado no decorrer de determinado período” ASSAF NETO, 1987: 147. Também contribui para analisar o crescimento temporal da empresa, por meio da evolução das vendas, custos, despesas das dívidas e do aumento dos investimentos. Tem como finalidade representar o crescimento econômico dos itens do Balanço Patrimonial e das Demonstrações de Resultado do Exercício, em períodos, a fim de caracterizar tendências.

2.6.2 Análise Vertical

A Análise Vertical vem complementando as informações da análise horizontal. Contribui para que seja conhecida a real participação de cada elementos patrimonial e de resultados. Ela retrata na estrutura de composição dos itens do ativo e do passivo, sua evolução no tempo, expressa em porcentagem segundo ASSAF NETO, 1987: 147.

2.6.3 Indicadores Econômico-Financeiro

Muitos são os indicadores econômicos que podem ser utilizados para analisar ou mensurar um patrimônio. Para cada grupo de contas a ser analisado tem um índice, geralmente aceito, para aplicar.

Faz-se a relação entre elementos afins das demonstrações contábeis para extrair as melhores informações conclusivas da situação estática da empresa. Nesse tipo de análise, outros índices são utilizados tais como, o de liquidez, operacional, rentabilidade, endividamento e estrutura, e análise de ações.

Assim, com a finalidade de atingir os objetivos propostos, elenca-se os respectivos indicadores:

2.6.3.1 Quocientes de Liquidez

Os quocientes aceitos e utilizados na evidenciação da liquidez em determinado período da empresa, segundo IUDÍCIBUS, 1982, são 04 (quatro): quociente de liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata.

a) Liquidez Geral

Chega-se a Liquidez Geral efetuando a soma do Ativo Circulante com o Ativo Realizável a Longo Prazo e dividido pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Exigível a Longo Prazo.

A fórmula, segundo IUDÍCIBUS, 1982:81 é:

Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$
----------------	---

Na aplicação deste quociente, evidencia-se os recursos existentes no Ativo Circulante e Ativo Realizável a Longo Prazo, para cada Real (\$) de dívidas totais existentes no Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo.

b) Liquidez Corrente

Obtêm-se a Liquidez Corrente a partir da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

A fórmula, segundo IUDÍCIBUS, 1982:81 é:

Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Na aplicação deste quociente, evidenciam-se os recursos disponíveis e convertíveis em moeda corrente, em certos prazos, existentes no Ativo Circulante, para cada Real (\$) de dívidas totais existentes no Passivo Circulante.

c) Liquidez Seca

A Liquidez Seca é atingida realizando-se a subtração do Estoque do Ativo Circulante dividindo-o pelo Passivo Circulante.

A fórmula, segundo IUDÍCIBUS, 1982:81 é:

Liquidez Seca

$$\frac{\text{Ativo Circulante - Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Na aplicação deste quociente, evidencia-se quanto de recursos líquidos existem no Ativo Circulante, para cada Real (\$) de dívidas a pagar no curto prazo. Retratando uma posição bem realista e conservadora de liquidez.

d) Liquidez Imediata

Para ter-se a Liquidez Imediata é necessário realizar a divisão das disponibilidades do Ativo pelo Passivo Circulante.

A fórmula, segundo RIBEIRO, 1995:104 é:

Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Na aplicação deste quociente, evidencia-se quanto a empresa possui imediatamente de disponibilidades, para cada Real (\$) de dívidas existentes no Curto Prazo.

2.6.3.2 Quocientes de Rentabilidade

Na busca de superação do maior ganho o homem foi aprimorando-se e desenvolvendo assim, técnicas e instrumentos de quantificação que possibilitasse avaliar com alguma precisão o patrimônio das empresas, como também o retorno sobre o investimento.

O fato é que vivendo em uma economia capitalista¹ e globalizada, onde são privilegiadas as relações cujo capital é foco, o desempenho e aprimoramento de técnicas que promovam maior controle e projeção no resultado econômico-financeiro das entidades tornou-se necessidade básica nos dias atuais. Mas a rentabilidade informada em termos absolutos (valor em reais por exemplo), é bastante reduzida quando sua utilidade for apenas informativa. Nesse momento é que entram os índices/quocientes geralmente aceitos pela contabilidade e outras ciências afins, dando maior segurança aos gestores na utilização dos mesmos e nos resultados obtidos.

Segundo IUDÍCIBUS, 1982, os quocientes de rentabilidade são utilizados para analisar a rentabilidade obtida ou não num determinado período do empreendimento.

Apresenta-se na seqüência os quocientes utilizados com maior freqüência na avaliação da rentabilidade.

a) Margem de Lucro sobre as Vendas

A margem de lucro sobre as vendas pode ser obtida através de duas fórmulas, como segue:

As fórmulas, segundo IUDÍCIBUS, 1982:91 são:

1) Margem Operacional

$$\frac{\text{Lucro operacional}}{\text{Vendas líquidas}}$$

¹ “capitalista”, esta expressão refere-se a economia do Sistema Capitalista.

2) Margem Líquida

$$\frac{\text{Lucro Líquido (D.I.R.)}^2}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Pelo resultado deste quociente traduz-se o volume de vendas suficiente para cobrir os custos e se obteve margem de lucro ou seja, compara o lucro sobre as vendas. Este quociente poderá apresentar alto ou baixo dependendo do tipo de empreendimento.

b) Giro do Ativo

Para a obtenção do Giro do Ativo efetua-se a divisão do total das vendas líquidas pelo ativo total.

A fórmula, segundo RIBEIRO, 1995: 104 é:

Giro do Ativo

$$\frac{\text{Vendas líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Pelo resultado deste quociente traduz-se o volume de vendas líquidas sobre os investimentos totais. O volume de vendas ideal é considerado aquele que cobre todos os custos e ainda garante uma margem de lucratividade.

c) Retorno sobre o Investimento

Na análise de balanços este talvez seja o mais importante quociente individual, segundo IUDÍCIBUS, 1982. O Retorno sobre o Investimento pode ser obtido por duas fórmulas uma multiplicando a margem líquida pelo giro do ativo e a outra dividindo o lucro líquido pelo ativo.

As fórmulas, segundo IUDÍCIBUS, 1982:92 são:

a) Quociente de Retorno sobre o Investimento

$$\text{Margem X Giro}$$

² Lucro líquido depois do Imposto de Renda

b) Quociente de Retorno sobre
o Investimento

$\frac{\text{Lucro}}{\text{Ativo}}$

Como o próprio quociente diz, o resultado deste traduz o retorno sobre o investimento feito pelos sócios na empresa.

2.7. FLUXO DE CAIXA

São vários os instrumentos utilizados para quantificar e mais ainda as técnicas para avaliar a entidade, que auxiliam e dão sustentação para manter o equilíbrio financeiro da mesma. O fluxo de caixa é tido como instrumento de controle das entradas e saídas de dinheiro da entidade, e de fácil compreensão, até mesmo para quem não possui conhecimento técnico de contabilidade. Por isso procura-se ressaltar a importância de controlar os ingressos e as saídas de recursos do caixa³, para que em momento algum o administrador seja pego sem recursos para saldar seus compromissos.

Numa economia capitalista, saber identificar as entradas e saídas de numerários do caixa é tarefa básica do administrador. O fluxo de caixa é instrumento de controle que possibilita controlar e projetar as entradas e desembolsos da entidade.

Para conceituar fluxo de caixa, pede-se auxílio a ZDANOWICZ, 1989:24:

Fluxo de caixa é o instrumento que relaciona o conjunto de ingressos e de desembolsos de recursos financeiros pela empresa em determinado período.

O fluxo de caixa pode ser também conceituado como: o instrumento utilizado pelo administrador financeiro com o objetivo de apurar os somatórios de ingressos e de desembolsos financeiros da empresa, em determinado momento, prognosticando assim se haverá excedentes ou escassez de caixa, em função do nível desejado de caixa.

O fluxo de caixa possibilita estabelecer níveis de entrada e saídas de dinheiro conforme definido pela política da empresa. Estabelece o nível do fluxo das entradas e saídas

³ O significado para caixa, neste trabalho, engloba todo o montante de dinheiro disponível na empresa: bancos, aplicações, caixa suprimimento etc.

e, em consequência disso, visualiza-se o volume dos estoques e a rotatividade das vendas, projetam-se, coordenam-se e organizam-se os recursos financeiros movimentados ou que serão movimentados dentro do nível de fluxo, previamente estabelecido. Esse controle para microempresas é de relevada importância à medida que torna possível a projeção dos acontecimentos futuros, com base nos fatos e registros históricos passados, e adequadamente preparar estratégias e planos de gestão embasados nesses dados.

A implantação do fluxo de caixa consiste em estabelecer estimativas e planejar os ingressos e os desembolsos que poderão ocorrer com o desenvolvimento da atividade comercial. Optando pela utilização do fluxo de caixa, cria-se uma ponte de ligação para a tomada de decisão e possibilita estabelecer o nível de movimentação desejado. O fluxo de caixa pode ser operacional ou projetado.

2.7.1. Fluxo de Caixa Operacional

Compõem o fluxo de caixa operacional apenas os itens relacionados diretamente a atividade fim da empresa. Especialmente os valores correspondentes às vendas à vista, cobrança de duplicatas de vendas à prazo realizadas anteriormente, descontos e outros recebimentos. E ainda os desembolsos referentes a todas as despesas do período tais como: despesas administrativas, financeiras, de vendas, tributárias, gastos com de matéria-prima, enfim todos os custos diretos e indiretos de fabricação.

As entradas e saídas do fluxo de caixa operacional são registradas à medida que vão acontecendo, ou seja, em conformidade ao regime de caixa. Para que do fluxo de caixa produza o controle desejado é preciso ter como instrumento auxiliar planilhas de controle de duplicatas a pagar, recebimentos de clientes organizadas em ordem cronológica de pagamento e recebimento, consumo de matéria prima e estoque para programar as compras e outros.

2.7.2. Fluxo de Caixa Projetado

O fluxo de caixa projetado não é elaborado com dados já ocorridos como acontece no fluxo de caixa operacional, mas sim, pela projeção de valores. Ao projetar o fluxo de caixa o administrador estabelece valores aproximados aos que possivelmente venham acontecer. Porém, nada nos dá certeza de que tais valores realmente vão acontecer.

Pelo fluxo de caixa projetado cria-se a expectativa de que novos níveis deverão ser atingidos. As implantações de um conjunto de estratégias e decisões deverão acompanhar a projeção do fluxo de caixa, para que o proposto seja atingido.

Nem sempre é fácil optar pelo uso desse fluxo de caixa porque requer do gestor que ele tome decisões sobre acontecimentos futuros, dos quais não conhece. As decisões poderão alterar projeções e conseqüentemente alterar os ingressos no caixa conduzindo novas decisões sobre investimentos, nível de estoques, aumento no prazo de pagamento para vendas. Porém se as decisões provocarem diminuição dos ingressos, as alternativas a tomar serão de reduzir o nível de estoques, de investimentos, alongar os prazos de pagamentos junto a fornecedores e, se necessário, pedir financiamentos.

CAPÍTULO III

3.1 ESTUDO DE CASO

A pesquisa foi realizada no município de Florianópolis em microempresas localizadas nos bairros de Itacorubi, Coqueiros e Trindade.

A diversidade no ramo de atividades esteve presente na pesquisa, sendo um (01) no ramo alimentício (fabricação), um (01) em manipulação de vidros e três (02) em prestação de serviços (lavanderia e borracharia) e uma (01) em comércio de material de construção. Porém, deve-se ressaltar que a diversidade presente não foi determinada pela pesquisadora, mas sim, pela disponibilidade dos microempresários em responder o questionário⁴ apresentado.

O questionário aplicado subdividiu-se em duas partes assim distribuídas: A primeira continha perguntas sobre dados pessoais do entrevistado, tais como, gênero, idade, estado civil, grau de escolaridade, formação profissional e função que exerce na empresa. A segunda parte contemplou questões diretamente relacionadas com o objetivo da pesquisa: a forma de administração dos microempresários e qual o instrumento de avaliação empregado.

3.2 PERFIL DA AMOSTRA

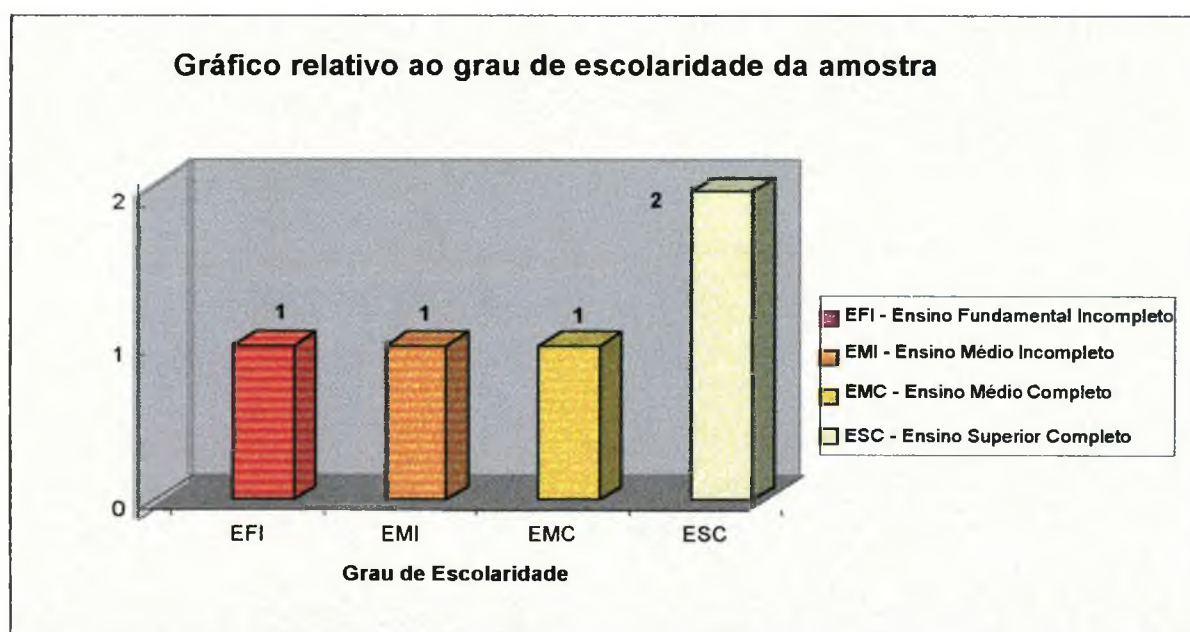
Inicialmente perguntou-se sobre o gênero, idade e estado civil do indivíduo entrevistado. O resultado obtido foi que 100% deles são sexo masculino e casados com idade entre 30 e 40 anos. A média de idade dos pesquisados ficou em torno de 32,6 anos.

⁴ Em anexo, apresenta-se o questionário aplicado para a realização desta pesquisa.

Um dado importante que apresentou esta pesquisa foi quanto ao grau de escolaridade onde 60% dos entrevistados se enquadram na faixa que abrange ensino fundamental e médio. Os 40% que possuem ensino superior completo, a formação profissional engloba as áreas de Direito e Ciências Contábeis, conforme tabela e gráfico a seguir:

Tabela 1. Grau de Escolaridade

a)	Ensino Fundamental Incompleto:	1
b)	Ensino Médio Incompleto:	1
c)	Ensino Médio Completo:	1
d)	Ensino Superior Completo:	2



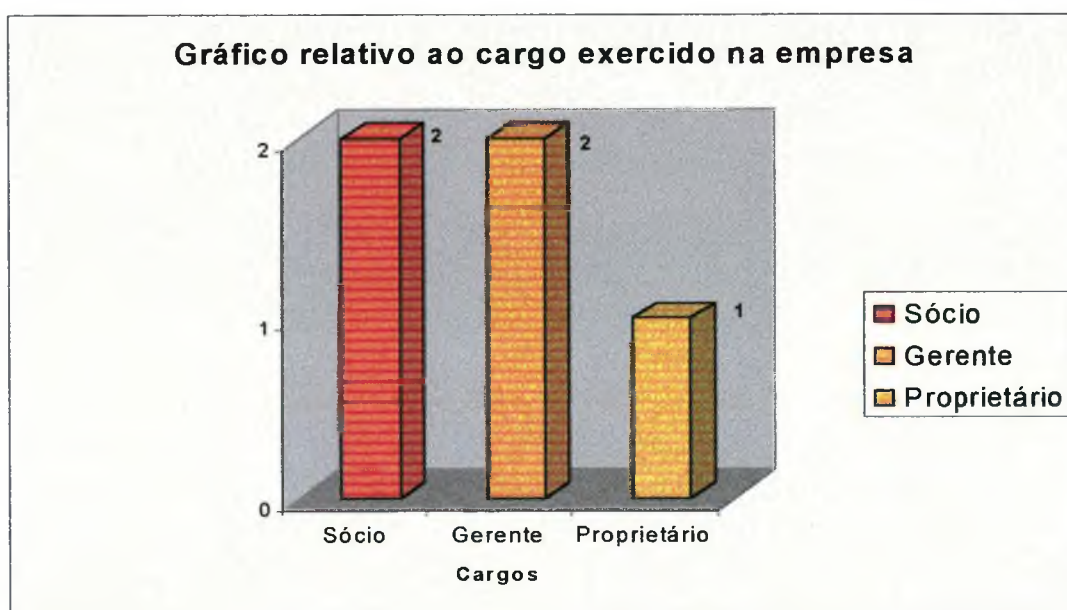
O grau de instrução dos entrevistados está diretamente relacionado com a utilização de instrumentos e métodos de avaliação das microempresas. Pode-se constatar que os gestores que possuem nível superior tem mais abertura para o uso de técnicas de avaliação. Dentre eles apenas dois possuem alguns conhecimentos teórico sobre contabilidade, entretanto, os outros administram pelo conhecimento prático.

Quando pediu-se em que este conhecimento em contabilidade os ajudava, ambos responderam para *controlar o fluxo de caixa*. Entretanto, um dos que não possuem conhecimento contábil, diz que o conhecimento adquirido no exercício da função, o auxilia a controlar as entradas e saídas de mercadorias.

Preocupou-se também em saber qual a função que cada um exercia na empresa. Apresentando três opções: a letra “a”, se tinha sócios, a letra “b”, se exercia a função de gerente e a letra “c” se é proprietário, ou seja, detentor de 100% do capital da microempresa .

Tabela 2. Função Exercida

a)	Sócio:	2
b)	Gerente:	2
c)	Proprietário:	1



Os dois entrevistados que responderam que possuem sociedade, um deles é com um amigo e o outro é com um membro da família, como pai, mãe ou filhos conforme sugerido no questionário.

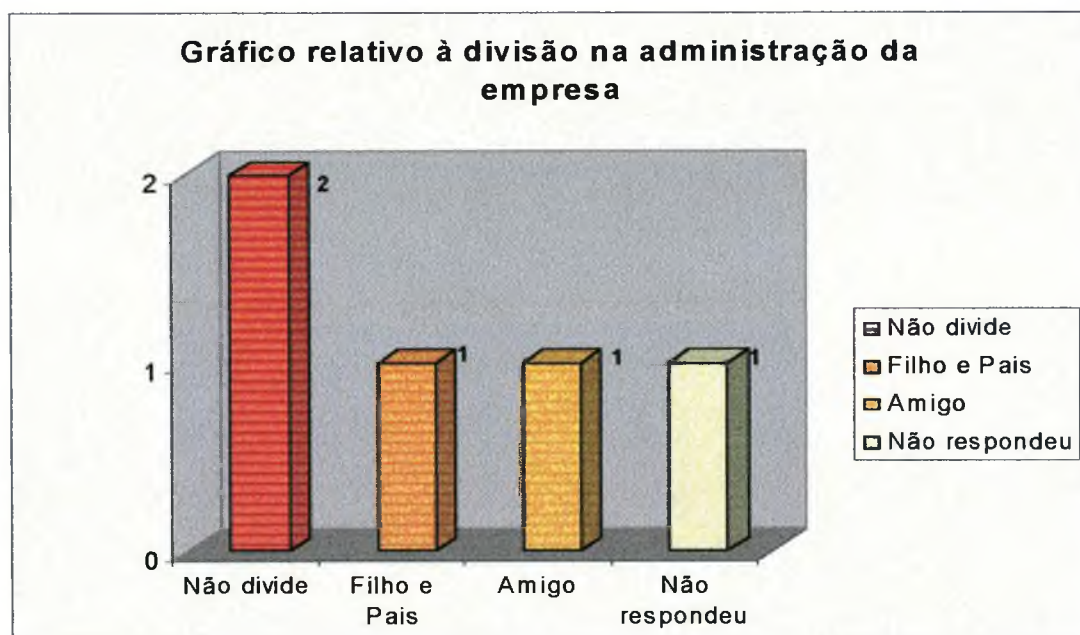
Na microempresa o uso da departamentalização foge a realidade, porque sendo um pequeno empreendimento o administrador consegue visualizar e ter conhecimento sobre tudo o que nela acontece.

Observou-se enquanto fazia-se a entrevista, que os gestores possuem função polivalente na microempresa. A pessoa que atende no balcão é a mesma que responde pela administração, que ajuda a elaborar os produtos ou presta o serviço solicitado pelo cliente. Tem conhecimento de como o produto é preparado do início ao fim, isso lhes proporciona uma visão direta do todo.

Entrando no aspecto, administração da microempresa buscou-se saber como esta acontecia, se esta é compartilhada como o são as tarefas. O resultado obtido foi que apenas dois não dividem a administração, o proprietário e um gerente. Os demais entrevistados administram conjuntamente com outras pessoas sua gestão.

Tabela 3. Divisão da administração:

a)	Não dividem:	2
b)	Filho/Pai/Mãe:	1
c)	Amigo:	1
d)	Não respondeu:	1



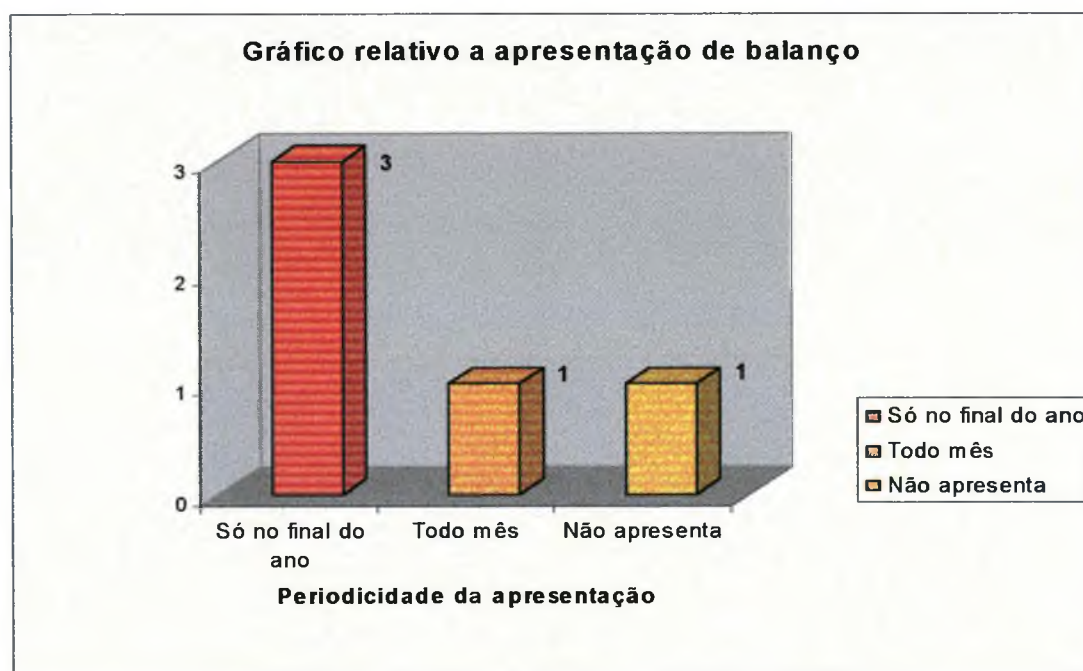
Continuando a pesquisa, entrou-se no campo específico da parte contábil. A informação é fator preponderante na vida das empresas, esse fator é cada vez mais precioso, dada a importância no processo de tomada de decisão em qualquer campo da atividade humana. Quanto mais rápido e eficiente o acesso a informações relevantes, maiores são as chances de acerto e sucesso na tomada de decisão de qualquer empreendimento.

As Demonstrações Financeiras elaboradas e apresentadas pelo profissional da Contabilidade devem estar firmadas em informações fidedignas, pois é a partir delas que são realizadas as análises e aplicados os indicadores econômicos na avaliação do resultado do empreendimento.

Aos entrevistados, perguntou-se se a contabilidade atende as necessidades gerenciais da empresas, e 100% deles responderam que estão satisfeitos com o que o contador apresenta. Ainda, perguntados sobre a periodicidade que o contador apresenta demonstrações financeiras e/ou balanços, obteve-se o seguinte resultado:

Tabela 4. Apresentação de Balanços:

a)	No final do ano	3
b)	Todos os meses	1
c)	Não apresenta	1



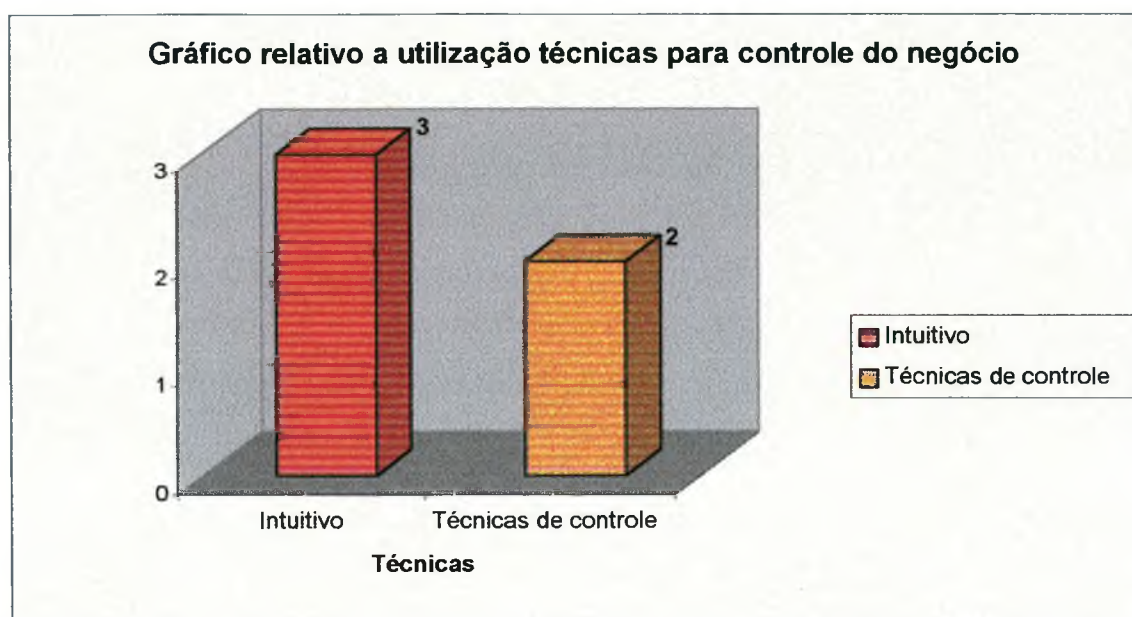
O resultado que apresentou o gráfico da Periodicidade, está em conformidade com as respostas obtidas quanto à utilização de técnicas para controle do empreendimento.

As informações são, pois, fundamentais nos processos de avaliação econômica das empresas. Como a apresentação das demonstrações financeiras acontece periodicamente para apenas uma microempresa, e apenas dois (2) dos entrevistados possuem algum conhecimento específico de contabilidade, confirmou-se que são estes que utilizam alguma técnica de controle. Entretanto, cabe ressaltar que as técnicas utilizadas são de controle gerencial como formação do preço de venda por percentagem e controle do estoque. A utilização dessas técnicas é mensal para a formação do preço de venda e diária para o controle do estoque, pois se registram as entradas e saídas de matéria-prima.

A parte que não utiliza qualquer instrumento de avaliação do resultado ou técnicas de controle atingiu a margem de 60% dos entrevistados.

Tabela 5. Utilização de técnicas para controle do negócio:

a)	Intuitivamente:	3
b)	Utilizam técnicas de controle:	2



Apesar da pesquisa apresentar que uma pequena parcela dos entrevistados registram as entradas e saídas do estoque e do caixa, constatou-se que a maioria não utiliza qualquer instrumento de controle e avaliação. A utilização de indicadores econômicos foi confirmada por apenas um (01) dos entrevistados que se utiliza mensalmente dos quocientes de liquidez, endividamento, margem de lucro, retorno sobre o investimento e ainda do controle pelo fluxo de caixa, estoque e compras.

Pode-se observar que no período de elaboração desta monografia, o único gestor que utiliza mais de três instrumentos de avaliação e também instrumentos de controle dos fluxos diários, ampliou seu negócio e mudou-se para novas instalações, comprovando assim, o bom desempenho desta microempresa.

Na última pergunta do questionário solicitou-se que os entrevistados assinalassem os itens sugeridos sobre informações de natureza física, econômica ou financeira de acordo com o grau de importância que estes tinham nas suas administrações.

As informações de natureza física estão mais relacionadas à quantidade, porém, não basta apenas conhecer o valor monetário de um produto, é preciso também saber mensurá-lo.

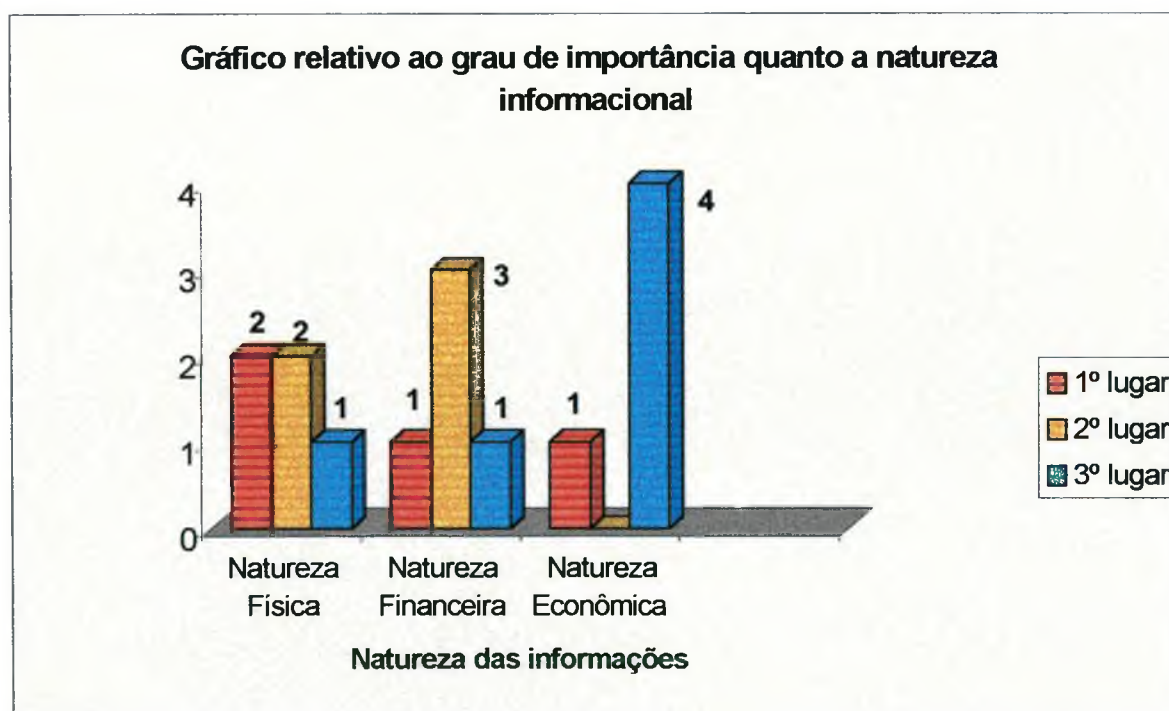
As informações de natureza financeira estão diretamente relacionadas aos fluxos de caixa, de capital de giro etc. e dependem das transações econômicas para que se concretizem.

As informações de natureza econômica estão estreitamente relacionadas com os fluxos de receitas e despesas, ao capital e ao patrimônio das entidades, envolvendo o resultado das mesmas.

O resultado obtido mais uma vez, esteve em consonância com as respostas anteriores conforme tabela a seguir:

Tabela 6. O que é mais importante?

		1º lugar	2º lugar	3º lugar
a)	Natureza Física	2	2	1
b)	Natureza Financeira	1	3	1
c)	Natureza Econômica	1	-	4



As informações de natureza física, segundo os entrevistados, são as mais importantes para dois (02) deles e para outros dois (02) estão no patamar de segunda mais importante. Somente um (01) classificou estas informações em terceiro lugar.

As informações de natureza financeira receberam uma indicação para primeiro e terceiro lugares e três para segundo.

As informações de natureza econômicas apresentadas no resultado não tem muita importância para esses gestores entrevistados, pois estas receberam a indicação de primeiro lugar (01) uma vez, nenhuma para o segundo e quatro (04) para o terceiro lugar, ressaltando que para um (01) dos entrevistados nenhum dos itens sugeridos possui maior grau de importância, ou seja, recebeu 1º lugar na ordem de importância. Assim, as informações de natureza física foram consideradas como as mais importantes, seguida das de natureza financeira e econômica, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta monografia, pôde-se observar que a utilização de métodos contábeis e instrumentos de controle não são utilizados pelos gestores cujo grau de escolaridade se encontra na faixa do ensino fundamental e ensino médio. Todavia, os gestores que possuem ensino superior completo fazem da contabilidade um instrumento de gerenciamento e avaliação do resultado com o uso de técnicas e índices econômicos. Cabe aqui ressaltar, que segundo constatado na pesquisa, a educação influencia diretamente no trabalho e na forma de desenvolvê-lo.

Constatou-se que a legislação pertinente que proporciona tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas não utiliza os mesmos critérios de enquadramento nas esferas dos Poderes Federal e Estadual. Isso provoca uma desarmonia crônica, porque se a empresa atingir um faturamento superior a R\$ 90.000,00 para a Fazenda Estadual ela deixou de ser microempresa e caracteriza-se como empresa de pequeno porte, no entanto para a União ela continua sendo uma microempresa. A necessidade de uma lei que estabeleça a todas as empresas os mesmos critérios de enquadramento seria o ideal para regulamentar tal situação.

Apresentado aqui o resultado da pesquisa de campo, esta deixou evidente que a não utilização de instrumentos de avaliação é uma realidade para as microempresas, e que seus negócios são gerenciados pela experiência adquirida na profissão, fator este que por vezes proporciona continuidade e lucratividade e por outras não. Numa economia onde a globalização aos poucos parece ir se consolidando é importante que esses microempresários comecem a aproximarem-se das técnicas contábeis, utilizando-as para que seus pequenos empreendimentos tenham continuidade, sem serem absorvidos por outras empresas que utilizam instrumentos de controle e avaliação e queiram eliminar a concorrência.

Por outro lado, cabe aos profissionais da contabilidade viabilizar a divulgação desses instrumentos de controle e avaliação a seus clientes, incentivando-os a usá-los. Assim o desafio fica aos contadores ousados e capazes de transmitir em linguagem do conhecimento comum, a necessidade de usar indicadores e técnicas de controle na administração de qualquer empreendimento, com o intuito de elaborar estratégias e dar continuidade à microempresa. Mas também se recomenda aos microempresários que busquem conhecer as técnicas e os instrumentos oferecidos pelas ciências afins, no sentido de absorver a que melhorar se aplique ao empreendimento.

Nesse sentido, microempresários e profissionais de contabilidade devem unir seus esforços para atingir o patamar da utilização da contabilidade por todos, como alicerce da microempresa.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Contabilidade avançada: textos exemplos e exercícios resolvidos*. São Paulo: Atlas, 1997.
- ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- BRASIL. Lei do Simples. *Lei nº 9.317/96*, de 05 de dezembro de 1996, Diário Oficial da União de 06 de dezembro de 1996. Pág. 25.973/7.
- BRASIL. Estatuto da Microempresa. *Lei nº 9.841/99*, de 05 de outubro de 1999. Capturado em 15 de maio de 2000. Disponível na internet <http://www.sebrae.com.br/leis/default.htm>, 2000.
- COELHO NETO, Pedro. *Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas*. 3. ed. Brasília: Ed. Sebrae, 1998.
- CORDEIRO, Cláudio Marcelo Rodrigues. *Qual a sua postura em um ambiente globalizado e competitivo?* Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Paraná, n. 122, p. 17-18, novembro, 1998.
- CHAUÍ, Marilene. *Convite à filosofia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- FACHIN, Odila. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Atlas, 1993.
- FIPECAPÍ. *Manual de contabilidade por ações: aplicável também as demais sociedades*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- FRANCO, Hilário. *Estrutura, análise e interpretação de balanços*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GALLIANO, A. Guilherme. *O método científico – Teoria e prática*. São Paulo: Harper, 1979.

GIL, Antônio de Loureiro. *Auditoria operacional e de gestão: qualidade da auditoria*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio. *Análise de balanços*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

_____. *Análise de balanços*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. *Contabilidade gerencial*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

LOPES DE SÁ, Antônio. *Introdução à análise de balanços*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1981.

MACEDO, Neusa Dias de. *Iniciação a pesquisa bibliográfica*. São Paulo: Unimarco, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, E. M.. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MATARAZZO, C. Dante. *Análise financeira de balanços: abordagem básica*. São Paulo: Atlas, 1985.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informações contábil*. São Paulo: Atlas, 1994.

RIBEIRO, Osni Moura. *Análise de balanços*. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

SANTA CATARINA. *Lei nº 11.398/00*, de 08 de maio de 2000. Capturado em 19 de maio de 2000. Disponível na internet <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.htm>, 2000.

SILVA, Adelfino Teixeira da. *Administração e controle*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Normas para apresentação de trabalho: teses, dissertações e trabalhos acadêmicos*. Vol. 2. 3. ed. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1994.

_____. *Normas para apresentação de trabalho: referências bibliográficas*. Vol. 6. 3. ed. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1994.

_____. *Normas para apresentação de trabalho: estilo e orientação para datilografia e digitação*. Vol. 8. 4. ed. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1994.

WELSCH, Glenn Albert. *Orçamento empresarial*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1983.

ZDANOWICZ, José Eduardo. *Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros*. 3. ed. D.C. Luzzatto Ed., 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- BRASIL. Lei do Simples. *Lei nº 9.317/96*, de 05 de dezembro de 1996, Diário Oficial da União de 06 de dezembro de 1996. Pág. 25.973/7.
- BRASIL. Estatuto da Microempresa. *Lei nº 9.841/99*, de 05 de outubro de 1999. Capturado em 15 de maio de 2000. Disponível na internet <http://www.sebrae.com.br/leis/default.htm>, 2000.
- COELHO NETO, Pedro. *Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas*. 3. ed. Brasília: Ed. Sebrae, 1998.
- CHAUI, Marilene. *Convite à filosofia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- FACHIN, Odila. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Atlas, 1993.
- GALLIANO, A. Guilherme. *O método científico – Teoria e prática*. São Paulo: Harper, 1979.
- IUDÍCIBUS, Sérgio. *Análise de balanços*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- _____. *Análise de balanços*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1982.
- MACEDO, Neusa Dias de. *Iniciação a pesquisa bibliográfica*. São Paulo: Unimarco, 1994.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, E. M.. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

RIBEIRO, Osni Moura. *Análise de balanços*. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

SANTA CATARINA. *Lei nº 11.398/00*, de 08 de maio de 2000. Capturado em 19 de maio de 2000. Disponível na internet <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.htm>, 2000.

ZDANOWICZ, José Eduardo. *Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros*. 3. ed. Porto Alegre: D.C. Luzzatto Ed., 1989.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Senhor (a), este questionário faz parte de uma pesquisa de conclusão de curso sobre o perfil dos gestores das microempresas. Como estes microempresários, fazem para avaliar o resultado (lucro ou prejuízo) do período, em suas microempresas. Esta pesquisa está sendo realizada por Gessi Rosa Zanatto, aluna regular do curso de Ciências Contábeis da UFSC, com o intuito de elaborar a monografia de conclusão do curso. Gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo sinceramente à todas as questões abaixo. Você não precisa se identificar. **Muito Obrigado!**

DADOS PESSOAIS

Marque com um X as alternativas

Gênero: (1) Masculino (2) Feminino

Idade: _____

Estado Civil:

(1) Solteiro (2) Casado (3) Divorciado (2) Viúvo (4) Outros

Grau de Escolaridade:

(1) Ensino Fundamental

(2) Ensino Fundamental Incompleto

(3) Ensino Médio

(4) Ensino Médio Incompleto

(5) Ensino Superior

(6) Ensino Superior Incompleto

Se cursou ou esta cursando ensino superior, qual o curso? _____

A quanto tempo está exercendo esta função: _____

1. Qual o ramo de atividade que sua microempresa trabalha? _____

2. Você possui algum conhecimento teórico de contabilidade?

Sim Não

Se SIM, este o ajuda a gerenciar seu negócio? Explique como _____

3. Você é (1) Sócio (2) Proprietário ou (3) Apenas gerente

4. Divide a administração da empresa com?

Filho/Pai/ Mãe Irmãos (ã) Esposo (a) outros parentes Amigo

5. A contabilidade apresentada pelo seu contador atende suas necessidades gerenciais?

Sim Não

Se a resposta foi não, porquê? _____

6. Apresenta balanço ou balancete, de quanto em quanto tempo?

Todo início de mês

de 2 em dois meses

Somente no final de cada ano

Quando a empresa necessita p/ captar recursos ou participar de alguma licitação

Outros. Explique _____

7. Você utiliza alguma técnica p/ controle de seu negócio ou o faz intuitivamente?

8. Se a resposta anterior for que utiliza alguma técnica, assinale quais dos itens a seguir se assemelha mais com a técnica que você utiliza .

Controle por Fluxo de Caixa (entradas e saídas de dinheiro)

Controle de estoque

controle de compras

Análise Horizontal e Vertical

Índice de Liquidez

Índice de Endividamento (estrutura do Capital)

Margem de Lucro sobre as Vendas

Retorno do Investimento

Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Alavancagem Financeira

Quocientes de Rentabilidade (Margem Líquida, Giro do Ativo Total, Retorno sobre Investimento Total, Quociente de Retorno sobre o Patrimônio Líquido)

- Quociente de Atividade (Quocientes de Rotação de Investimento de Produtos, Prazo Médio de Recebimento de Conta a Receber, Prazo Médio de Contas a Pagar, Rotação do Ativo e Giro do Ativo)
- Apenas pela experiência adquirida, no exercício da profissão.
- Outras. Quais? _____

9. De quanto em quanto tempo se utiliza desses instrumentos de controle?

10. Enumere de 1 a 3 os item de acordo com o grau de importância que eles ocupam na administração de sua empresa (considerando o mais importante o número 1). Na forma como você gerencia a sua empresa, o que julga mais importante ter?

- Informações de natureza **física** (controle não apenas do valor do estoque, mas também da quantidade – controle do estoque);
- Informações de natureza **financeira**. Aquelas relacionadas ao capital de giro e ao fluxo de caixa (entradas e saídas de dinheiro);
- Informações de natureza **Econômica**. Aquelas relacionadas ao fluxo de Receitas e Despesas, ao Capital e Patrimônio;
- Ou nenhuma delas é importante.